



PARLAMENTO EUROPEU

2009 - 2014

Comissão do Desenvolvimento

22.12.2009

COMUNICAÇÃO AOS MEMBROS

Assunto: Audição do Sr. Andris PIEBALGS, Comissário indigitado para o Desenvolvimento

Submetem-se à atenção dos Senhores Deputados, em anexo, as respostas apresentadas por escrito que nos foram enviadas pelo Sr. Andris PIEBALGS.

O Secretariado

CM800816PT.doc

PE431.146v02-00

PT

Unida na diversidade

PT

RESPOSTAS DO COMISSÁRIO INDIGITADO

Andris PIEBALGS

(Desenvolvimento)

AO QUESTIONÁRIO DO PARLAMENTO EUROPEU

Competência geral, empenho europeu e independência pessoal

- 1. Quais são os aspectos das suas qualificações e experiência pessoais que considera particularmente relevantes para vir a ser Comissário e promover o interesse geral europeu, nomeadamente no domínio pelo qual poderá vir a ser responsável? Quais são as suas motivações? Que garantias de independência pode dar ao Parlamento Europeu e como tenciona assegurar que nenhuma das suas actividades passadas, presentes ou futuras possa levantar dúvidas sobre o desempenho das suas funções na Comissão?**

Nos cinco últimos anos, tive o privilégio de ser o Comissário responsável pela Energia. Durante esse período, conseguimos resultados significativos, nomeadamente a adopção com êxito da iniciativa «20-20-20», o terceiro pacote do Mercado Interno da Energia em matéria de electricidade e gás e progressos concretos no sentido de uma abordagem eficaz em matéria de segurança energética. A política energética foi uma das principais realizações da anterior Comissão e uma das minhas prioridades consistiu em garantir que ela fosse parte integrante de todas as políticas comunitárias, desde as relações externas ao ambiente, passando pelo desenvolvimento e pela Agenda de Lisboa, para referir apenas algumas. Este facto permitiu-me ganhar experiência e conhecimentos em relação a uma vasta gama de assuntos em diferentes domínios da política comunitária, bem como no que respeita ao funcionamento das Instituições.

Antes disso, empenhei-me em assegurar que a Letónia desempenhasse o seu papel de liderança enquanto Estado-Membro báltico da UE. De 1995 a 1997, desempenhei as funções de Embaixador da Letónia na Estónia; de 1998 a 2003, fui Representante Permanente da Letónia junto da União Europeia, onde estive fortemente envolvido nas negociações de adesão. De 2003 a Abril de 2004, fui Secretário de Estado Adjunto do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Letónia, sendo responsável pela coordenação da posição da Letónia no Conselho Europeu e em todas as formações do Conselho.

Tenho igualmente experiência política, uma vez que fui deputado no Parlamento da Letónia (1993-1994) pelo partido *Latvijas ceļš*, de cuja Comissão do Orçamento e das Finanças fui Presidente. Fui Ministro das Finanças (1994-1995) e Ministro da Educação (1990-1993),

tendo ambos os mandatos ministeriais sido levados a cabo durante o período de grandes reformas internas que ocorreram no meu país.

Creio que esta experiência, que abrange negociações internacionais, um vasto leque de políticas comunitárias e um conhecimento aprofundado do funcionamento da UE, me dá a experiência necessária para contribuir, enquanto membro do Colégio, para a política que a Comissão conduzirá no seu próximo mandato, mais concretamente para fazer face aos desafios que se irão colocar à política de desenvolvimento da UE nos próximos cinco anos. A UE concede cerca de 60 % da ajuda ao desenvolvimento a nível mundial, facto pelo qual nos devemos orgulhar. Trata-se de um enorme investimento e todos os cidadãos têm o direito de estar informados de que usamos esses fundos com circunspeção, determinação e eficácia, tanto na nossa perspectiva como na das pessoas mais pobres do mundo. Considero uma honra e um privilégio o facto de me ser concedida a oportunidade de marcar a diferença relativamente a este desafio extremamente importante.

No que diz respeito à independência e a actividades anteriores, subscrevo plenamente o princípio da independência no desempenho das minhas funções no interesse geral da União Europeia. Cumprirei integralmente todos os requisitos éticos e as obrigações dos Comissários previstas nos Tratados e no Código de Conduta dos Comissários. Não solicitarei nem receberei instruções de nenhum Governo nem de qualquer outra entidade e abster-me-ei de qualquer acto incompatível com as minhas funções. Tomarei as devidas precauções para evitar qualquer possível conflito de interesses no desempenho destas. Tal será confirmado mediante a declaração que farei sobre as minhas actividades externas, interesses financeiros e património quando assumir funções. Não possuo quaisquer negócios ou interesses financeiros e não tenho compromissos nem ocupo cargos que possam ser incompatíveis com as funções e responsabilidades de Comissário. Nenhum dos membros da minha família desempenha uma actividade profissional que seja incompatível com o meu futuro cargo. De acordo com o Código de Conduta dos Comissários, já fiz uma declaração pública sobre os meus interesses financeiros (e outros) de forma a garantir total transparência.

A independência no exercício das minhas funções será reforçada mediante a tomada em consideração dos interesses de todos os intervenientes, independentemente da respectiva origem, antes de qualquer tomada de decisão.

Gestão do pelouro e cooperação com o Parlamento Europeu e as suas comissões

2. De que modo avaliaria o seu papel, enquanto membro do Colégio de Comissários? Em que sentido se consideraria responsável e obrigado a prestar contas, perante o Parlamento, por acções suas ou dos seus serviços?

Em primeiro lugar, enquanto membro do Colégio continuarei a desempenhar um papel activo na formulação de iniciativas de política da UE tendo em conta o interesse da União. A participação activa de todos os membros do Colégio em todas as decisões constitui a melhor forma de servir o interesse da UE.

Em segundo lugar, enquanto Comissário para o Desenvolvimento, o meu papel será triplo. Primeiramente, deverei garantir que a política de desenvolvimento da UE continua a registar progressos concretos em termos do montante da ajuda que a UE dedica aos países mais pobres

do mundo, em conformidade com o nosso objectivo de atribuir 0,7 % do PIB da UE à ajuda ao desenvolvimento até 2015. Depois, será importante garantir que a qualidade da ajuda continua a aumentar, que se concentra em necessidades reais e em resultados concretos e que há uma melhor coordenação entre a Comissão e os Estados-Membros. Finalmente, será fundamental garantir a integração da agenda do desenvolvimento numa vasta gama de outras políticas da UE, incluindo o ambiente, as alterações climáticas, a agricultura, a energia, a educação e a cultura, a migração e o comércio, para além dos objectivos da política internacional da UE em geral.

A coordenação entre a política de desenvolvimento e os objectivos da política internacional da UE em geral é particularmente importante para garantir que a política de desenvolvimento continua no cerne da política externa da UE. Por conseguinte, considero prioritário que haja uma boa coordenação entre a política de desenvolvimento da Comissão e o novo Serviço Europeu para a Acção Externa.

Por outro lado, enquanto representante institucional da Comissão no Conselho «Relações Externas», terei por missão defender as propostas da Comissão, bem como garantir que as suas posições, sobretudo no seguimento dos trabalhos dos Comissários em matérias pertinentes para outras políticas que não sejam a política externa e de segurança comum tais como o comércio, a agricultura, o ambiente, a migração ou a energia, são plenamente tidas em consideração nas deliberações do Conselho. Penso que se trata de uma tarefa importante.

Considero-me responsável perante o Parlamento pelos meus actos e pelos actos das Direcções-Gerais Desenvolvimento e EuropeAid (AIDCO) e tudo farei para garantir que estes dois serviços cumprem os mais elevados padrões de profissionalismo e integridade. Trabalharei em estreita colaboração com a Comissária responsável pela Cooperação Internacional, Ajuda Humanitária e Resposta às Crises.

3. Que compromissos específicos está disposto a assumir em termos de reforço da transparência, de maior cooperação com o Parlamento e as suas comissões, e de seguimento efectivo das posições e solicitações do Parlamento em matéria de iniciativas legislativas, tendo igualmente em conta a entrada em vigor do Tratado de Lisboa? Relativamente às iniciativas previstas e aos procedimentos em curso, está disposto a transmitir ao Parlamento as informações e os documentos, em pé de igualdade com o Conselho?

Na qualidade de Comissário responsável pela Energia, considero ter sempre envidado todos os esforços para que o Parlamento estivesse plenamente informado de todas as actividades da Comissão e fosse envolvido em todos os aspectos do seu trabalho legislativo e não legislativo, tendo a colaboração, o debate e a consulta ultrapassado de longe o que era legalmente exigido. Considero que o reforço da transparência, o aumento da cooperação e o seguimento efectivo das posições e solicitações do Parlamento em matéria de iniciativas legislativas constituem uma condição prévia para que a Comissão, eu próprio enquanto Comissário e os meus serviços, desempenhemos as nossas funções e cumpramos os nossos objectivos de forma eficaz.

Tenciono prosseguir esta abordagem e garantir que a Política de Desenvolvimento da UE é executada em parceria com o Parlamento e o Conselho.

Relativamente às iniciativas previstas e aos procedimentos em curso, estou disposto a transmitir ao Parlamento a informação e documentação pertinente e comprometo-me a respeitar plenamente todos os outros compromissos no âmbito do Acordo-Quadro sobre as relações entre as nossas duas Instituições.

Apoio os esforços da Comissão no sentido de uma maior abertura em relação ao público em geral e aos diferentes intervenientes. O sector do desenvolvimento caracteriza-se pela existência de ONG activas e empenhadas que podem constituir um verdadeiro trunfo para os objectivos da política de desenvolvimento da UE.

Perguntas relativas às políticas

- 4. Quais são as três prioridades principais que tenciona fazer avançar enquanto parte do domínio de competências que lhe é proposto, tendo em conta, se tal for pertinente, a crise financeira, económica e social, bem como as preocupações relacionadas com o desenvolvimento sustentável?**

A erradicação da pobreza e os progressos na realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) constituirão o principal objectivo da política de desenvolvimento que irei seguir. Será este o melhor contributo que esta política poderá dar para a acção externa da UE. Considero que a criação de condições para o crescimento económico e a integração dos países em desenvolvimento na economia mundial estão intimamente ligadas à prossecução dos ODM.

Neste sentido, a actual crise económica e financeira constitui um enorme desafio para os países em desenvolvimento e para a Política de Desenvolvimento da UE. Se quisermos limitar o impacto da crise económica e financeira temos de aplicar com urgência uma vasta gama de decisões que a UE adoptou em 2009 e anteriormente. As minhas prioridades consistirão em limitar o impacto da crise nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e em ajudar os países em desenvolvimento a aproveitarem as oportunidades quando se verificar uma retoma do crescimento. Será este o quadro do próximo mandato da Comissão, que coincidirá com o período que vai da Conferência das Nações Unidas de revisão dos ODM em Setembro de 2010 até 2015, o ano de referência para os ODM.

Mais especificamente, conferirei urgência a um certo número de políticas e de instrumentos que a União Europeia adoptou nos últimos anos. Em conformidade com as novas disposições do Tratado, tentarei melhorar a eficácia da ajuda da UE, lutando contra uma fragmentação que se revela onerosa e permitindo à UE e aos Estados-Membros programar e executar a ajuda de forma mais rápida e coordenada, agindo cada vez mais como uma instância única. Embora esteja consciente do impacto da crise nos orçamentos nacionais, insistirei para que os nossos compromissos em termos de volumes de ajuda sejam plenamente respeitados. Uma vez que o orçamento da UE de apoio à respectiva política de desenvolvimento está fixado até 2013, a maior parte dos esforços financeiros da UE para cumprirmos as nossas promessas deverá vir dos Estados-Membros e resultar de uma colaboração mais eficaz.

Tentarei alcançar progressos tangíveis em matéria de «Coerência das políticas na perspectiva

do desenvolvimento» para que outras políticas da UE, nomeadamente o comércio, a investigação, a migração, a PESC, a agricultura e as pescas, estejam efectivamente ao serviço dos objectivos de desenvolvimento. Tomarei medidas para que outros recursos financeiros, públicos ou privados, possam ter um maior efeito multiplicador em prol do desenvolvimento.

Darei especial atenção à segurança alimentar, às alterações climáticas e ao crescimento verde. Mais concretamente, e em estreita colaboração com os meus colegas Comissários, apresentarei uma nova proposta de política renovada de segurança alimentar na UE, tendo em conta o sucesso da Facilidade Alimentar, e darei prioridade às medidas relacionadas com o clima nos países em desenvolvimento. A UE tem sido pioneira na concessão de medidas de apoio aos países em desenvolvimento relacionadas com o clima, mas é evidente que o processo de Copenhaga implicará uma nova escala de intervenção. Deve ser dada especial atenção ao sector da agricultura no sentido de evitar consequências negativas na segurança alimentar. O mesmo se aplica à redução dos riscos de catástrofes, âmbito no qual as importantes iniciativas já adoptadas devem ser rapidamente postas em prática. A fim de permitir uma inserção mais equilibrada na economia mundial, a integração regional deverá continuar a constituir uma prioridade, tanto com o objectivo de reforçar a capacidade das regiões para fazerem face a conflitos e crises, como para criar condições mais propícias ao comércio e ao crescimento económico sustentável, o que, no caso dos países ACP, deve ser apoiado por Acordos de Parceria Económica plenos. As condições políticas para o desenvolvimento devem igualmente ser alvo de especial atenção. A democracia, a governação, os direitos humanos, o Estado de direito e os valores fundamentais da UE continuarão a constituir a pedra angular da nossa política de desenvolvimento e serão promovidos em especial no quadro da iniciativa de governação nos países ACP.

Por último, a política de desenvolvimento e os seus objectivos continuarão a ser o principal elemento das nossas relações políticas com os países em desenvolvimento nossos parceiros. Em total cooperação com a Alta Representante/Vice-Presidente Catherine Ashton, garantirei que o reforço da coordenação da acção externa da União consagrado no Tratado de Lisboa seja favorável à política de desenvolvimento. Continuarei a dar especial atenção a África, com base nas Cimeiras UE-África e na Estratégia Comum.

5. Quais são as iniciativas legislativas e não legislativas específicas que tenciona apresentar, e de acordo com que calendário? Que compromissos específicos pode assumir, nomeadamente no que diz respeito às prioridades e solicitações das comissões, apresentadas em anexo, que poderão vir a ser do seu domínio de competências? De que modo garantiria, a título pessoal, a boa qualidade das propostas legislativas?

As propostas legislativas mais importantes que tenciono apresentar serão a revisão do Acordo de Cotonu e o novo conjunto de instrumentos para a acção externa no quadro das novas Perspectivas Financeiras. Tal como definido pelo Presidente Barroso, estou determinado a garantir uma ligação directa entre as prioridades da UE em matéria de políticas e o orçamento da UE, no domínio das minhas competências, a garantir que a cooperação europeia para o desenvolvimento melhora a sua contribuição para a agenda da UE em geral, reforça o seu impacto na redução da pobreza, proporciona os meios de melhorar a congregação e a mobilização dos recursos e, por último, contribui para uma melhor repartição das tarefas com os Estados-Membros da UE. A melhoria do acompanhamento e da avaliação da ajuda ao

desenvolvimento constitui igualmente uma prioridade. No seguimento da adopção de procedimentos simplificados e de formas de financiamento inovadoras, os fluxos da ajuda chegam rapidamente aos destinatários através das delegações da UE. Tenciono prosseguir a entrega atempada da ajuda, sem descurar, no entanto, a qualidade das operações.

Considerando que os serviços sob a minha responsabilidade gerem importantes montantes de recursos financeiros em todo o mundo, tomarei muito a sério as questões do controlo financeiro. Uma sólida gestão financeira depende de um esforço constante para racionalizar o nosso quadro regulamentar, otimizar os nossos recursos e basear os nossos sistemas de gestão financeira em instrumentos eficazes. Só deste modo, poderemos garantir que o dinheiro é gasto onde o deve ser. Considero que, neste contexto, é importante o nosso diálogo com o Parlamento Europeu e com o Tribunal de Contas sobre o risco de erro admissível.

Um outro aspecto fundamental é o reforço do direito de controlo do Parlamento Europeu sobre a política de desenvolvimento. Por esse motivo, seria altamente conveniente integrar o Fundo Europeu de Desenvolvimento no orçamento da União e colocá-lo sob a alçada da autoridade legislativa da UE, mantendo simultaneamente a especificidade da nossa acção em relação aos países ACP.

A nossa futura política de desenvolvimento deve explorar plenamente toda a gama de meios financeiros para o desenvolvimento, desde a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) até à mobilização de recursos que não fazem parte da APD e fluxos de capitais privados mobilizados graças à APD, passando por fontes inovadoras de financiamento e pelas remessas dos imigrantes. Nessa perspectiva, procurarei reforçar a cooperação com o Banco Europeu de Investimento, bem como associar subvenções e empréstimos com base na experiência adquirida no âmbito do Fundo Fiduciário da UE para Infra-estruturas em África. Também haverá que desenvolver um vasto trabalho no que diz respeito à mobilização dos recursos internos, nomeadamente através da boa governação no âmbito fiscal, aliando uma melhor mobilização dos recursos internos à luta contra os fluxos de capitais ilícitos, aspecto em relação ao qual tenciono apresentar uma Comunicação específica em 2010. Neste contexto, estou decidido a conduzir amplas consultas sobre a configuração dos nossos futuros instrumentos para o desenvolvimento, sobretudo com o Parlamento Europeu.

Para além dos instrumentos da UE, irei propor a renovação do Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento na perspectiva do próximo quadro financeiro plurianual da União. Continuarei a apresentar anualmente um «pacote da Primavera» sobre a política de desenvolvimento, graças ao qual a UE tem vindo progressivamente a forjar uma visão comum nesta área. Pretendo prosseguir estas realizações, em conformidade com as novas disposições do Tratado de Lisboa, no intuito de intensificar os esforços da UE em matéria de ODM. O pacote de medidas para 2010 será fundamental, uma vez que definirá a posição comum da União e a sua contribuição para a Conferência de Alto Nível das Nações Unidas para a revisão dos ODM, agendada para Setembro de 2010. Desta forma, quero lançar o debate sobre um contrato global renovado pós-2015, que deverá propor um programa multilateral ambicioso em matéria de desenvolvimento para depois de 2015. Devemos reflectir conjuntamente sobre os pontos fortes e fracos do actual programa multilateral e aceitar o desafio de melhorar a articulação entre assistência financeira, crescimento e políticas internas de apoio ao desenvolvimento. Tendo em vista estes complexos debates, tenciono reforçar a parceria entre a Comissão e o Parlamento Europeu, a fim de apoiar um programa ambicioso

para o desenvolvimento em toda a União Europeia.

Por conseguinte, intensificarei igualmente os esforços da União em matéria de coerência das políticas na perspectiva do desenvolvimento, a fim de assegurar que outras políticas europeias contribuem de forma positiva para a política de desenvolvimento da UE. Para esse efeito, conto com o apoio do Parlamento no sentido de analisar diversas iniciativas legislativas do ponto de vista da coerência das políticas. Os principais domínios neste contexto são as alterações climáticas e o ambiente, a agricultura, a segurança alimentar, a migração, o comércio e as finanças e a segurança.

Muitos países em desenvolvimento serão atingidos de forma desproporcionada pelos efeitos das alterações climáticas sem disporem da capacidade de resposta necessária. Penso que serão necessários meios financeiros adicionais para os ajudar no processo de adaptação e a contribuir para o processo de atenuação destes efeitos. Com base nos resultados da Conferência de Copenhaga, tomarei as iniciativas adequadas para concretizar estas prioridades e lançar um diálogo com os países em desenvolvimento sobre a forma mais eficaz de prestar assistência em questões relacionadas com o clima. Uma vez que a segurança alimentar e a energia constituem aspectos igualmente determinantes do desenvolvimento sustentável, teremos de examinar, no contexto das iniciativas acima referidas, de que forma estes desafios mundiais podem ser tidos em conta nas nossas políticas e instrumentos a favor do desenvolvimento.

Finalmente, tudo farei para que a UE lidere a reforma da governação global, no intuito de reflectir os novos equilíbrios na economia mundial e ajudar os países em desenvolvimento e em transição a fazerem ouvir as suas vozes e a estarem melhor representados, conciliando legitimidade (mediante representatividade) e eficácia das instituições mundiais. Concretamente, na qualidade de representante da UE no G20 e de observador nas reuniões anuais do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, a Comissão deve continuar a defender um reequilíbrio dos direitos de voto para reforçar a posição dos países em desenvolvimento e em transição e, desta forma, preservar a legitimidade e a eficácia do Banco Mundial.